



<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 09/2019</b>	
<b>OBJETO</b>	Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de aquisição água mineral, sem gás, em garrafas plásticas de 500 ml, para suprir as demandas da <b>Justiça Eleitoral de Rondônia</b> , nos termos e condições estabelecidos neste edital e seus anexos.
<b>RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS</b>	<b>Das 08h00m do dia 2 de março até às 14h30m do dia 13 de março de 2020</b> , no sítio <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a> (UASG 070024), devendo ser observado o horário oficial de Brasília.
<b>ABERTURA DAS PROPOSTAS</b>	As propostas serão abertas no sítio <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a> (UASG 070024), <b>às 14h30m do dia 13 de março de 2020</b> . A sessão pública será operada da Sala de Licitações do TRE/RO, no endereço abaixo.
<b>ENDEREÇO DO TRE/RO</b>	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Endereço: Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa União CEP 76.805-901 Porto Velho – Rondônia Telefones: (69) 3211-2165/2168/2082 <b>Internet: <a href="http://www.tre-ro.jus.br">www.tre-ro.jus.br</a></b>
<b>PREGOEIROS</b>	ANDERCLEDSON REIS HERMENSON PEREIRA DA SILVA JHONATHA SOUZA FONSECA LIZ CRISTINA PINTO DUARTE ROBERTO AZEVEDO ANDRADE JÚNIOR  <b>E-MAIL: <a href="mailto:licitacao@tre-ro.jus.br">licitacao@tre-ro.jus.br</a></b>



## Sumário

1. PREÂMBULO .....	3
2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES .....	3
3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	4
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO .....	5
5. DA FORMA E DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS .....	7
6. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	9
7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES .....	9
8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS .....	10
9. DA HABILITAÇÃO .....	13
10. DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO .....	14
11. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP .....	16
12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO CADASTRO DE RESERVA .....	17
13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA .....	17
14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	18
15. DO CONTRATO .....	21
16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE .....	22
17. DO PAGAMENTO .....	22
18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	22
19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	22



---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 09/2020  
(PROCESSO Nº 0002651-79.2019.6.22.8000)**

**1. PREÂMBULO**

**1.1.** A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, através de seu **PREGOEIRO**, designado pela Portaria nº 703/2019, expedida pela Presidência deste **TRE/RO**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma eletrônica, **PARA FORMAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO**, por item, na forma de **FORNECIMENTO PARCELADO**, consoante as condições estatuídas neste edital e seus anexos

**1.2.** Esta licitação será regida pela Lei Complementar n. 123/2006, pela Lei nº 10.520/02, pelos Decretos Federais nº 7.892/2013, 8.538/2015 e 10.024/19 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93.

**1.3.** A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada na Sala de Licitações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com sede na Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa União, Porto Velho, Estado de Rondônia, e terá início com a divulgação das Propostas de Preços recebidas, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) (UASG 070024) às **14h30m do dia 13 de março de 2020**.

**2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

**2.1.** O edital estará disponível a partir das **08h00m do dia 2 de março de 2020**, nos sítios da internet [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) (UASG 070024) e <http://www.tre-ro.jus.br/transparencia/licitacoes/licitacoes-2020/pregoes-eletronicos> ou, ainda, mediante **solicitação formal** na Seção de Licitações e Compras do TRE/RO, localizada na Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa União, Porto Velho, Estado de Rondônia.

**2.2.** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar os termos do edital no prazo de até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

**2.3.** Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação ao edital, devidamente identificados, serão realizados **exclusivamente por meio eletrônico** e deverão ser apresentados ao Pregoeiro através do endereço: [licitacao@tre-ro.jus.br](mailto:licitacao@tre-ro.jus.br).

**2.4.** O Pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido.

**2.5.** Os questionamentos serão respondidos e publicados em ordem sequencial na página da internet do TRE/RO, no endereço <http://www.tre-ro.jus.br/transparencia/licitacoes/licitacoes-2020/pregoes-eletronicos> e na página de compras na internet do Governo Federal, no endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) (UASG 070024). As respostas vincularão os participantes e a administração, sendo dever das empresas licitantes acompanhá-las, não podendo alegar desconhecimento.

**2.6.** Havendo qualquer modificação no edital, será exigida divulgação pelo mesmo instrumento de publicação, no qual se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.



### 3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A presente licitação tem como objeto a formação de registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de água mineral, sem gás, em garrafas plásticas de 500 ml, para suprir as demandas da **Justiça Eleitoral de Rondônia**, nos termos e condições estabelecidos neste edital e seus anexos, abaixo resumido:

ITEM	MUNICÍPIO DE ENTREGA	UNID	QTD
1	GUAJARÁ-MIRIM	unidade	3.710
2	PORTO VELHO	unidade	70.520
3	JI-PARANÁ	unidade	8.090
4	VILHENA	unidade	4.480
5	COSTA MARQUES	unidade	1.580
6	ARIQUEMES	unidade	7.710
7	COLORADO DO OESTE	unidade	2.880
8	PIMENTA BUENO	unidade	2.670
9	JARU	unidade	4.300
10	CACOAL	unidade	5.210
11	ESPIGÃO DO OESTE	unidade	1.920
12	OURO PRETO DO OESTE	unidade	4.050
13	ROLIM DE MOURA	unidade	4.670
14	CEREJEIRAS	unidade	1.840
15	ALTA FLORESTA D'OESTE	unidade	1.600
16	ALVORADA DO OESTE	unidade	2.110
17	SANTA LUZIA D'OESTE	unidade	2.040
18	MACHADINHO D'OESTE	unidade	2.270
19	BURITIS	unidade	2.050
20	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	unidade	1.770

**135.470**

3.2. O objeto desta licitação completa-se com as especificações, termos e condições estabelecidos no **Anexo I - Termo de Referência** – deste edital o qual define as quantidades, a forma de execução dos serviços e as obrigações das partes e as penalidades decorrentes do descumprimento dessas obrigações.

**3.3. No caso de eventuais divergências entre a descrição do material neste instrumento e no respectivo código do Catálogo de Matérias (CATMAT) do sistema SIASG/COMPASNET, prevalece a descrição estabelecida neste Termo de Referência**

3.4. Por se tratar de formação de registro de preços, o quantitativo especificado no termo de referência é estimado e assim deverá ser contratado, de forma a não obrigar a Administração a executar sua totalidade durante a vigência do ajuste a ser celebrado, o fazendo de acordo com suas necessidades e disponibilidade orçamentária.



**3.5.** As despesas decorrentes da eventual contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **Justiça Eleitoral de Rondônia**.

#### **4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar desta licitação exclusivamente as **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, consoante dispõe os arts. 6º e 8º do Decreto nº 8.538/2015 e art. 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/2006, desde que:

a) estejam previamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) – a qual atuará como órgão provedor do sistema eletrônico “*COMPRASNET*”

a.1) o credenciamento no SICAF, no nível básico ou nível I, é requisito obrigatório para participação no pregão eletrônico, uma vez que se constitui em credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010;

b) possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

c) manifestarem a ciência e concordância com as condições contidas neste edital e que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que suas propostas estão em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.

**4.1.4.** O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, junto à SLTI dar-se-á mediante o seu prévio registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, no Nível I - CREDENCIAMENTO, que é o nível básico do registro cadastral no SICAF, para participação em licitações eletrônicas.

**4.1.5.** Após o cadastro no SICAF, o fornecedor deverá se cadastrar no Comprasnet para participar das licitações eletrônicas.

**4.1.6.** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/RO responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.1.7.** O credenciamento perante o provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**4.1.8.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

**4.1.9.** A verificação de que a licitante possui registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação poderá ser feito em qualquer fase da licitação mediante solicitação de apresentação de cópia do ato constitutivo ou consulta dos registros no SICAF.



**4.1.10.** A manifestação da licitante de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório, deverá ser feita em campo próprio do sistema eletrônico.

**4.2.** No presente certame será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, Lei Complementar n. 147/2014 e Decreto Federal n. 8.538/2015.

**4.2.1.** Para usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, a licitante deve, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, declarar sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006.

**4.2.2.** O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, diligenciar no sentido de verificar se a licitante declarante está devidamente enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

**4.3.** Não poderão participar deste pregão eletrônico pessoas jurídicas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

**a)** Relativamente aos itens 2 a 5 do objeto, que não sejam Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, consoante dispõe o art. 6º do Decreto nº 8.538/2015 e art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006;

**b)** não possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

**c)** que, em regime de **consórcio**, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**d)** que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação, salvo se comprovar que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005;

**e)** em cumprimento de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93) imposta por este Tribunal desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, (Acórdão TCU n. 3.243/2012-Plenário e Acórdão TCU n. 2.242/2013 – Plenário)

**f)** em cumprimento de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Federal (art. 7º, da Lei nº 10.520/02), imposta por qualquer órgão ou entidade no âmbito interno da União (Acórdão TCU n. 2.242/2013).

**g)** que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

**h)** empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98 (Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente);



- i) estrangeiras não autorizada a funcionar no País;
- j) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- k) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- 4.4.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou do fornecimento de bens a ela necessária, servidor ou dirigente do TRE/RO.
- 4.4.1.** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o servidor ou dirigente e a licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.
- 4.5.** Pregoeiro procederá à desclassificação, recusa da proposta ou a inabilitação da licitante, conforme fase em que se encontre a licitação, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses a seguir elencadas:
- a) participação no certame de empresa que não possua registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- b) declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta com as exigências deste instrumento convocatório; e
- c) declaração falsa relativa a atendimento dos requisitos para gozo dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 ou relativa a qualquer outro benefício ou preferência.
- d) participação no certame de empresa enquadrada em quaisquer das hipóteses previstas nas alíneas do item 4.3 e 4.4 deste edital.

## 5. DA FORMA E DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

- 5.1.** Após a divulgação do edital, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), os licitantes deverão apresentar propostas, **acompanhadas dos documentos de habilitação**, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.
- 5.1.1.** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 5.1.2.** Uma vez aberta a sessão, não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceitos pelo Pregoeiro.
- 5.2.** A proposta deverá descrever, no espaço reservado pelo Sistema Eletrônico, a especificação do objeto ofertado, a qual deverá estar em conformidade com as especificações, termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sob pena de possível desclassificação.



**5.2.1. A proposta registrada no Sistema Comprasnet deverá conter:**

- a) o preço, no VALOR UNITÁRIO, expresso em moeda corrente nacional.**
- b) marca do produto ofertado.**

**5.3.** É facultado aos licitantes encaminhar descrição complementar às especificações contidas no edital. Todavia, eventualmente informada, vinculará a aceitação e execução do objeto.

**5.3.1.** A descrição complementar deverá apenas acrescentar características e especificações à descrição originalmente definida no edital para o objeto, não podendo, sob pena de **DESCCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA PARA O ITEM**, conter elementos que contrariem as características e especificações do objeto estabelecidas originalmente no edital, reduzindo a sua qualidade ou utilidade.

**5.4.** Os valores apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, entrega/frete, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

**5.4.2.** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexequível, serão considerados como inclusos nos descontos, não sendo considerados pleitos de ajustes de descontos, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser realizado sem ônus adicionais.

**5.5.** Em nenhuma hipótese, poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer condição que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos valores ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame ou durante a negociação.

**5.6** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, sendo que quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser realizado sem ônus adicionais.

**5.7.** O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da Sessão Pública.

**5.7.1.** Ficará suspenso esse prazo pela eventual interposição de recurso, até a sua decisão final;

**5.7.2.** Em havendo negociação para redução de valores ou ajuste na proposta, o prazo passará a contar da apresentação da proposta atualizada.

**5.7.3.** O prazo de validade da proposta poderá ser prorrogado por acordo entre as partes.

**5.7.4.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.



## 6. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. O Pregoeiro, através do Sistema Eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas e encaminhadas, no prazo avençado.

6.2. Serão previamente desclassificadas, não havendo possibilidade de as respectivas licitantes participarem da fase de oferecimento de lances e sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital as propostas que:

- a) não atenderem às especificações do edital, seja por omissão, irregularidades ou defeitos insanáveis; e
- b) contenham quaisquer elementos que possam identificar as licitantes.

6.2.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

## 7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, cujos valores consignados e horários de seus registros serão informados em tempo real a todas as licitantes participantes, mantendo-se em sigilo a identificação da licitante ofertante.

7.1.1. Assim como as propostas, os lances serão ofertados considerando o VALOR UNITÁRIO para o ITEM, expresso em moeda corrente nacional.

7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, as regras de aceitação e o intervalo mínimo de **0,5% (meio por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

7.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, observados os termos do item 7.2.

7.4. Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5. No transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

7.6. Será adotado o modo de disputa aberto, no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos.

7.6.1. Após o prazo do item 7.6, a etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.6.2. Novas prorrogações sucessivas de dois minutos ocorrerão sempre que houver lances enviados no período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.6.3. Encerrada a fase de lances sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.



**7.7.** No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes, para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.7.1.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e, nesse caso, será reiniciada somente depois de decorrido o prazo mínimo de vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <http://www.tre-ro.jus.br/transparencia/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2020/pregoes-eletronicos>.

**7.8.** Os lances apresentados e não excluídos pelo Pregoeiro são de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração ou desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste edital.

**7.9.** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

**7.9.1.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no item 7.9, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio realizado pelo sistema eletrônico.

## **8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**8.1.** Encerrada a fase de lances da sessão pública, o Pregoeiro iniciará o julgamento da aceitabilidade das propostas apresentadas em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital e aos preços estimados pela Administração para cada um dos itens.

**8.2.** No julgamento de classificação e aceitação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**, observados os valores estimados de cada item.

**8.3.** A aceitação da proposta está condicionada à compatibilidade do seu **VALOR** ofertado com aqueles estimados pela Administração e à consonância desses valores com aqueles praticados no mercado, sem prejuízo do atendimento às exigências expressas neste instrumento convocatório e seus anexos, especialmente àquelas relativas aos prazos máximos para execução dos serviços, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos.

**8.4.** Obtida uma proposta que atenda às exigências do edital, o Pregoeiro iniciará a negociação do preço, observada a ordem de classificação, encaminhando pelo Sistema Eletrônico, via chat, contraproposta à licitante, com o objetivo de obtenção da melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

**8.5.** No caso de a verificação da compatibilidade ocorrer em decorrência de oferta de preço demasiadamente inferior àquele estimado pela Administração e aos praticados pelo mercado, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a comprovação documental idônea da exequibilidade da proposta (exceto quando os preços referirem-se a materiais de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração) bem como, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, realizar as diligências que entender necessárias e suficientes para verificar a exequibilidade da proposta analisada, sendo considerados preços manifestamente inexequíveis aqueles que não comprovarem ser suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.



**8.5.1.** Verificada proposta presumidamente inexequível, a proponente será convocada via chat a apresentar, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de recusa da proposta:

- a) documentação idônea comprovando que o valor da proposta é suficiente para cobrir, pelo menos, todos os custos da contratação;
- b) Planilha com todos os custos.

**8.5.2.** O prazo previsto para comprovação de exequibilidade da proposta poderá ser prorrogado uma única vez, a pedido da empresa licitante, até o máximo de 5 (cinco) dias úteis, desde que o pedido seja devidamente justificado.

**8.5.3.** Será recusada a proposta manifestamente inexequível se a proponente, convocada via chat, abrir mão de seu direito de tentar comprovar a exequibilidade de sua proposta, manter-se inerte/silente, não apresentar a documentação solicitada ou não comprovar robustamente a exequibilidade.

**8.6.** Encerrada a negociação, restando esta **infrutífera, com preço julgado inaceitável**, o Pregoeiro recusará a proposta da licitante que ofertou o menor preço para o item em julgamento e passará a apreciar a proposta da licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda às exigências deste edital.

**8.7.** Encerrada a negociação, restando esta frutífera, com preço julgado aceitável, o Pregoeiro solicitará, se for o caso, ANEXO DE PROPOSTA, somente ao licitante detentor da proposta válida, de menor preço, que esteja em análise, fazendo uso da opção CONVOCAR ANEXO, informando o sistema na tela do Pregoeiro na coluna “ANEXO”, o *link* “CONVOCADO”,

**8.7.1. O Sistema encaminhará, via CHAT, mensagem de convocação para apresentação de anexos de proposta ao licitante selecionado, momento do qual passará a contar o prazo máximo de até 2 (duas) horas para apresentação do anexo de proposta solicitado, o que deverá ser feito por meio do *link* ANEXAR, disponível ao licitante.**

**8.7.2.** Dentro do prazo concedido, o Pregoeiro poderá fazer uso da função CONVOCAR ANEXO quantas vezes forem necessárias, não caracterizando prorrogação.

**8.7.3.** Realizada a entrega do anexo de proposta por parte do licitante, o *link* CONVOCADO do Pregoeiro e o *link* ANEXAR dos demais fornecedores passarão a ter a função de CONSULTAR.

**8.7.4. A não apresentação dos anexos de proposta solicitados no prazo estipulado implicará na recusa da respectiva proposta.**

**8.7.5.** O ônus da apresentação dos anexos de proposta é da empresa licitante, cabendo-lhe a verificação de todas as condições necessárias, inclusive formato, tamanho e quantidade dos arquivos escolhidos, bem como a adequada operação do sistema e o acesso à internet.

**8.8.** Havendo necessidade de apresentação de documentos complementares para confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados pelo licitante que apresentou o menor preço, seja para verificar o atendimento às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital ou por outros motivos devidamente justificados, o Pregoeiro poderá solicitar a essa licitante, através do Sistema COMPRASNET – Opção CONVOCAR ANEXO, **documentação complementar**, no prazo e forma previstos no item 8.7., prorrogável, a critério do Pregoeiro.

**8.8.1.** O prazo para envio da documentação complementar previsto no item 8.8 poderá correr simultaneamente com o prazo previsto no item 8.7.1.



**8.8.2.** O não envio pelo licitante do anexo solicitado, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, importará na recusa de sua proposta para o item em julgamento;

**8.8.3.** O anexo apresentado poderá ser submetido à análise da unidade técnica competente para o objeto desta licitação, a qual manifestar-se-á formalmente quanto ao atendimento ou não do produto ofertado em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital.

**8.8.4.** Se, após a análise dos documentos encaminhados pelo licitante, for verificado que o produto ofertado não atende às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital, o Pregoeiro recusará a proposta da licitante que ofertou o menor preço para o item em julgamento e passará a apreciar a proposta da licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda às exigências deste edital.

**8.9. Conforme estipulado no item 5.2.2,** o Pregoeiro suspenderá o julgamento da aceitabilidade do produto e concederá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para que a licitante detentora da proposta mais vantajosa apresente **amostra** do produto ofertado.

**8.9.1.** A amostra deverá ser apresentada à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO, no endereço constante no rodapé deste edital, sendo as despesas com o envio suportadas pela própria licitante interessada, nos termos do art. 75 da Lei nº 8.666/93.

**8.9.2.** A não apresentação pelo licitante da amostra solicitada, no prazo estipulado, importará na recusa de sua proposta para o item em julgamento.

**8.9.3.** Os documentos complementares ou a amostra encaminhada pelo licitante classificado em primeiro lugar serão submetidas à unidade demandante para o objeto desta licitação, a qual manifestar-se-á formalmente quanto ao atendimento ou não do produto ofertado em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital;

**8.9.4.** A Administração reserva-se o direito de reter a amostra até a entrega do item empenhado, a fim de verificar a compatibilidade da amostra com o item efetivamente entregue.

**8.9.5.** Na medida do possível, de acordo com a natureza do bem e com os procedimentos necessários à verificação do atendimento às exigências do edital - reservando-se, inclusive, ao TRE/RO o direito de destruí-la nessa verificação - a amostra enviada poderá ser aproveitada e computada na quantidade que deverá ser eventualmente fornecida, pela licitante vencedora;

**8.9.6.** A unidade demandante do TRE/RO notificará o fornecedor para que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda ao recolhimento da amostra recusada ou entregue fora do prazo.

**8.9.7.** No caso de a licitante expressamente renunciar à propriedade do bem apresentado como amostra ou, ainda, transcorrido o prazo supra, sem qualquer manifestação do interessado, a Administração estará autorizada a se desfazer do produto.

**8.10.** Em qualquer momento, caso seja necessário para a adequada compreensão e regularidade da proposta, o Pregoeiro poderá solicitar informações e/ou documentos complementares, sendo motivo de recusa da proposta o não atendimento ou o atendimento inadequado por parte da empresa licitante.

**8.11.** Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada para ME/EPP (item 5 do objeto), esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.



**8.11.1.** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

**8.12.** Obtida proposta que atenda aos requisitos do edital, o Pregoeiro procederá à aceitação e passará à Fase de Habilitação.

**8.13.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferição da exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo fundamentar seu requerimento, o qual terá pertinência das alegações apresentadas analisada pelo Pregoeiro.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

**9.1.** Para habilitação da licitante que teve a proposta aceita na fase de negociação/aceitação de proposta exigir-se-á documentação relativa a:

- a) habilitação jurídica;
- b) regularidade fiscal e trabalhista (Lei n. 12.440/11); e
- c) declarações legais

**9.2.** Os documentos a serem apresentados para comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA** são os seguintes:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado do rol de diretores em exercício; e
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, bem como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**9.3.** Os documentos a serem apresentados para comprovação da **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** são os seguintes:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade junto à Fazenda Federal (inclusive contribuições sociais/previdenciárias), mediante certidão negativa de débitos ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.
- d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.



- e) Prova de regularidade junto à Fazenda Pública Estadual e Municipal, se for o caso.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.

**9.4. As declarações abaixo** deverão ser enviadas pelo licitante através do Sistema Eletrônico do COMPRASNET **no momento do envio da proposta**:

- a) declaração de ciência e concordância com as regras do edital (art. 4º, VII, da Lei 10.520/02);
- b) declaração da condição de ME/EPP, se for o caso (art. 13, §2º, do Decreto 8.538/15);
- c) declarações de inexistência de fato superveniente (art. 32, §2º, da Lei nº 8.666/93);
- d) declaração de adequada empregabilidade de menor (art. 27, V, da Lei nº 8.666/93);
- e) declaração de elaboração independente de proposta (IN/MPOG nº 02, de 16/09/2009);
- f) declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado (inc. III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal);
- g) declaração de acessibilidade (art. 93 da Lei nº 8.213/91) ou de sua inaplicabilidade;
- h) declaração de cota de aprendizagem (art. 429/CLT) ou de sua inaplicabilidade.

**9.6.** Constituem, ainda, documentos de habilitação, a serem obtidas pelo Pregoeiro diretamente dos sítios eletrônicos dos órgãos responsáveis:

- a) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php?validar=form](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form) e obtenção de certidão negativa;
- b) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) mantido pela da Controladoria-Geral da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>, e, utilizando o número do CNPJ da licitante, obtenção da informação de que não foram encontrados registros;
- c) comprovação de inexistência de registro na Lista de Licitantes Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO> e obtenção de certidão negativa.

## 10. DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

**10.1.** A apresentação dos documentos de habilitação por parte da empresa licitante deverá ser realizada através do Sistema Comprasnet, **no momento do cadastramento de sua proposta**, por meio de chave de acesso e senha.



**10.2.** O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, cuja eventual falsidade sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e na legislação regente.

**10.3. Os documentos complementares à habilitação, quando necessários** à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser apresentados pelo licitante melhor classificado no prazo máximo de 02 (duas) horas, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

**10.3.1.** Para apresentação de documentação complementar, o Pregoeiro efetuará a solicitação mediante do uso da função CONVOCAR ANEXO, a qual, uma vez utilizada, informará na tela do Pregoeiro que foi aberto *link* de comunicação para envio de arquivos eletrônicos, apresentando o *status* “CONVOCADO” e encaminhará à licitante, via CHAT, mensagem de convocação para envio de anexo, registrando o horário da mesma, o qual constitui o marco inicial da contagem do prazo.

**10.3.2.** Dentro do prazo concedido, o Pregoeiro poderá fazer uso da função CONVOCAR ANEXO quantos vezes forem necessárias, não caracterizando prorrogação.

**10.3.3.** Uma vez solicitados, o ônus da apresentação dos documentos complementares é da empresa licitante, cabendo-lhe a verificação de todas as condições necessárias, inclusive formato, tamanho e quantidade dos arquivos escolhidos, bem como a adequada operação do sistema e o acesso à internet.

**10.4.** A documentação exigida para atender ao disposto no item 9.1 e respectivos subitens, incisos, parágrafos e alíneas, do caput poderá ser obtida pelo Pregoeiro mediante consulta ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), no que couber, desde que os documentos ali constem e estejam válidos, vigentes e sem pendências;

**10.4.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser apresentados nos termos do disposto no item 10.1.

**10.4.2.** Caso seja necessária a verificação da vigência, validade ou outras comprovações dos documentos apresentados pela licitante ou dos registros no SICAF, a consulta realizada pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**10.4.3.** A empresa licitante é responsável pela manutenção das condições de habilitação durante todo o certame, devendo reapresentar documento cujo prazo de validade tenha expirado, quando convocada pelo Pregoeiro, na forma de documentação complementar.

**10.5.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente edital.

**10.6.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do próprio licitante:

a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) Documentos emitidos em nome da matriz somente serão válidas para suas filiais mediante expressa declaração do órgão emissor ou de disposição legal.



**10.7.** Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade dos documentos de habilitação apresentados com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como promover diligências e solicitar documentação complementar, o Pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico, **observado o intervalo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação no sistema.**

**10.8.** A licitante será INABILITADA se:

- a) Não apresentar a documentação exigida no edital ou solicitada pelo Pregoeiro;
- b) Apresentar documentação intempestiva ou por meio inadequado;
- c) Verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital.

**10.9.** No caso de inabilitação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte do licitante posteriormente classificado, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.

**10.10.** Verificado o atendimento às exigências habilitatórias fixadas no edital, a licitante será HABILITADA e declarada vencedora.

## **11. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP**

**11.1.** Será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte na fase de habilitação, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, Lei Complementar n. 147/2014 e Decreto Federal n. 8.538/2015.

**11.2.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**11.3.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**11.4.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**11.5.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, conforme estabelece o art. 4º, inciso XV, da Lei nº 10.520/02.

**11.6.** O não-atendimento a pedido de concessão da prorrogação de prazo de que trata o subitem 11.4, devidamente requerida e justificada pela licitante, deverá ser justificado pela Administração.

**11.7.** A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, podendo ensejar a abertura de processo administrativo com vistas à aplicação de penalidade, conforme previsto no art. 7º da Lei 10.520.



**11.8** A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal e trabalhista.

## **12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO CADASTRO DE RESERVA**

**12.1.** Após declarar a vencedora do certame, o Pregoeiro deverá conceder o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante possa, imediata e motivadamente, manifestar intenção de recorrer, registrando sua manifestação no sistema.

**12.2.** A ausência de manifestação imediata e motivada no prazo de 30 (trinta) minutos implicará decadência do direito de recurso das licitantes.

**12.3.** Não havendo apresentação de intenção de recurso, o Pregoeiro poderá adjudicar o objeto da licitação à licitante vencedora.

**12.4.** Apresentada a intenção de recurso, sendo esta aceita pelo Pregoeiro, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso ao(s) licitante(s) interessado(s), ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**12.5.** Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

**12.6.** A falta de apresentação das razões de recurso caracterizará a desistência de recorrer, hipótese em que o Pregoeiro poderá adjudicar o objeto da licitação à licitante vencedora.

**12.7.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.8.** Decididos os recursos, a autoridade competente poderá efetuar a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e homologar o certame.

**12.9.** No momento da homologação, a autoridade competente abrirá prazo de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas, para que as demais licitantes manifestem, caso queiram, interesse em compor cadastro de reserva, se cabível.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA**

**13.1.** Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada assinar a ata de registro de preços, adaptado à proposta vencedora, devendo:

**a)** cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos;

**b)** informar, tempestivamente, seu endereço bancário: número do banco, da agência e da conta corrente, bem como os dados de contato, endereço e documentais da empresa e do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços, encaminhando tais informações para o endereço e e-mail: **contratos@tre-ro.jus.br**.

**c)** comprovar, no ato da assinatura da ata de registro preços, a compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**d)** assinar a Ata de Registro de Preços pelo SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, adotando-se os seguintes procedimentos:



**d1)** após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE/RO, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

**d2)** após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação.

**13.2.** Se a adjudicatária não cumprir os prazos estabelecidos nas alínea “**d1**” e “**d2**” do item 13.1, sem justificativa formalmente aceita pelo Diretor-Geral do TRE/RO ou se a documentação prevista na alínea “**c**” não for apresentada, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas neste edital e seus anexos, além da demais cominações legais.

#### **14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**14.1.** A adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes.

**14.1.1.** O presente edital e seus anexos e a proposta vencedora para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, serão parte integrante da Ata de Registro de Preços.

**14.3.** O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da respectiva ata no órgão oficial da Administração.

**14.4.** Após cumpridos os requisitos de publicidade, a Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

**14.5. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES:** a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador (TRE-RO).

**14.6.** Os órgãos e entidades que não participaram deste registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o **TRE-RO**, gerenciador da ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

**14.6.1.** Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**14.6.2.** As aquisições ou contratações decorrentes da adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços.

**14.6.3.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão



gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**14.6.4.** Após a autorização do órgão gerenciador, **desde que observado o disposto no item 14.6.1**, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**14.6.5.** Compete ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no item anterior deste edital, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

**14.6.6.** Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**14.6.7.** É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

**14.7. DO REAJUSTE, DA REVISÃO, DO CANCELAMENTO E DA EXTINÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:** O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições deste edital. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano.

**14.7.1.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.7.1.1.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o TRE/RO deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) liberar o fornecedor que não aceitar reduzir seu preço do compromisso assumido, quando frustrada a negociação, sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**14.7.1.1.1.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**14.7.1.2.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o TRE/RO poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.



**14.7.1.2.1.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**14.7.1.2.2.** Para a concessão da revisão a Adjudicatária deverá comunicar ao TRE/RO, por meio da Coordenadoria de Material e Patrimônio, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

**14.7.1.2.3.** Caso o TRE/RO já tenha emitido a nota de empenho respectiva, para que a empresa realize a entrega dos produtos, e a empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre os pedidos já formalizados e empenhados.

**14.7.1.2.4.** O TRE/RO, por intermédio de seu Presidente, terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão.

**14.7.1.2.5.** Durante esse período, a adjudicatária deverá efetuar as entregas dos pedidos pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRE/RO.

**14.7.1.2.6.** A adjudicatária realizará as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

**14.8. DO CANCELAMENTO E DA EXTINÇÃO DO REGISTRO:** O TRE/RO, mediante decisão proferida pela Direção Geral, poderá cancelar o registro da compromissária quando a mesma:

a) descumprir prazos e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços, neste Edital e seus anexos;

b) não comprovar, no ato da emissão da Nota de Empenho de Despesa ou do pagamento, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

c) não retirar, sem justificativa aceitável, a Nota de Empenho de Despesa emitida em seu favor, no prazo estabelecido pela Administração;

d) não cumprir determinação do fiscal ou do gestor da Ata de Registro de Preços ou do Contrato para cumprimento de obrigação contratual;

e) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

f) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei n. 8.666/93 ou no art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

**14.8.1.** A Ata de registro de preços também será cancelada caso a adjudicatária venha a contratar, na vigência da ata de registro de preços, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**14.8.2.** Por razão de interesse público ou a pedido da adjudicatária, poderá haver o cancelamento do registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução



contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados e justificados, nos termos do art. 21 do Decreto n. 7.892/2013.

**14.8.3.** O cancelamento do Registro de Preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, poderá ensejar à compromissária a aplicação das penalidades estabelecidas no item 18.2 deste edital.

**14.9.** A Administração poderá declarar a extinção do registro de preços, com ciência ao compromissário e publicação do ato, sempre que exaurida a totalidade do objeto registrado na ata de registro de preços.

**14.10.** Obriga-se a compromissária da Ata de Registro de Preços a:

**a)** cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços, neste Edital e seus anexos;

**b)** comprovar, no ato da emissão da Nota de Empenho de Despesa a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

**c)** retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante devolução de Termo de Recebimento de Nota de Empenho devidamente assinado, no prazo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do envio da nota de empenho e do termo de recebimento;

**c.1)** A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução por parte da adjudicatária vencedora, situação em que contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data em que a Administração confirmou que a licitante vencedora recebeu o e-mail.

**c.2)** apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa, por via postal, da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento, para assinatura do licitante vencedor.

## **15. DO CONTRATO**

**15.1.** O Contrato, no caso da presente Cotação de Preços, será substituído pela Nota de Empenho de Despesa, na forma do art. 62, “caput”, e §4º, da Lei 8.666/93. Integram o contrato substituído pela nota de empenho, todas as regras, prazos, condições e obrigações constantes do edital do certame e seus anexos, deste termo de referência e da proposta da contratada.

**15.2.** A Nota de Empenho será emitida conforme necessidade e conveniência da Administração, sendo a compromissária da Ata de Registro de Preços formalmente convocada para retirá-la.

**15.2.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho de Despesa, a compromissária da Ata de Registro de Preços deverá comprovar, no ato de sua emissão, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**15.3.** Retirada da Nota de Empenho por parte da compromissária da Ata de Registro de Preços efetivar-se-á a relação contratual, constituindo-se a Nota de Empenho em contrato de fornecimento e assumindo a compromissária da ARP e a Administração a qualidade de Contratada e Contratante, respectivamente.

**15.4.** À relação contratual, além das disposições previstas neste EDITAL, aplicam-se a Lei 8.666/93, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e supletivamente, as regras do Código Civil Brasileiro.



## 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE

16.1. Obrigam-se a contratante e a contratada a observar, cumprir e fazer cumprir todas as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, neste Edital, seus anexos integrantes e na proposta.

## 17. DO PAGAMENTO

17.1. A Administração contratante efetuará o pagamento, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, nos termos e condições definidos no Termo de Referência.

17.2. O pagamento será realizado em conta corrente no nome da contratada.

17.3. As demais regras aplicáveis aos pagamentos são aquelas estabelecidas no **ANEXO I – Termo de Referência** deste Edital.

## 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Se as LICITANTES/ADJUDUCATÁRIAS/COMPROMISSÁRIAS/CONTRATADAS descumprirem os termos e condições estabelecidos no edital, na Ata de Registro de Preços e na proposta ficarão sujeitas às sanções previstas neste edital e seus anexos, além das estabelecidas na legislação pertinente.

18.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto 10.024/19, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeita-se à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTES/ADJUDUCATÁRIAS/COMPROMISSÁRIAS/CONTRATADAS que:

- a) quando, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços;
- b) quando, convocada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, não firmar a contratação pelo recebimento da Nota de Empenho;
- c) deixar de entregar documentação exigida no edital;
- d) apresentar documentação falsa;
- e) não mantiver a proposta;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) fizer declaração falsa;
- h) cometer fraude fiscal;
- i) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- j) falhar ou fraudar na execução do contrato;

## 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, proibidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.



**19.2.** Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na legislação aplicável, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

**19.3.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**19.4.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública.

**19.5.** Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas no edital.

**19.6.** A autoridade competente e o Pregoeiro, caso entendam necessário, poderão efetuar diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente na proposta ou na habilitação, podendo, inclusive, solicitar a apresentação do original ou de cópia autenticada, a ser entregue, se for o caso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, na sede Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, sito à Av. Presidente Dutra, 1889. Baixa União, Porto Velho – Rondônia. CEP 76.805-901.

**19.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**19.8.** A recusa de proposta, a inabilitação da licitante e qualquer outra decisão serão sempre fundamentadas e registradas no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**19.9.** As hipóteses de desclassificação ou recusa de proposta e inabilitação dos licitantes poderão ensejar a abertura de processo administrativo para apuração da ocorrência de condutas tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520, com vistas à aplicação de penalidades, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, salvo nos casos em que forem acatadas pelo gestor as justificativas apresentadas.

**19.10.** Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

**19.11.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**19.11.1.** A anulação do procedimento induz à anulação das obrigações da adjudicatária ou contratada.

**19.11.2.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado na implementação.

**19.12.** Os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas são de responsabilidade exclusiva das licitantes.



**19.13.** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**19.14.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro, em contrário.

**19.15.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, observar-se-á:

a) quando contados em dias, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no TRE/RO.

b) quanto contados em horas, a contagem será feita minuto a minuto, desprezando-se as frações de minuto, para mais ou para menos.

c) quanto contados em minutos, a contagem será feita segundo a segundo, desprezando-se as frações de segundo, para mais ou para menos.

**19.16.** Considerando a existência de mais de um fuso horário no País, os horários registrados neste edital serão considerados, **sempre, em relação ao horário oficial de Brasília**, devendo as licitantes observar, também, quando aplicável, o horário oficial de verão.

**19.17.** A decisão do Pregoeiro, quanto ao resultado do certame, será publicada no Diário Oficial da União.

**19.19.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**19.20.** Caso não compareçam interessados ao certame, o objeto deste pregão poderá, se assim decidir a Administração, ser contratado com dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, V, da Lei 8.666/93.

**19.21.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes do Decreto Federal 10.024/19, das Leis 10.520/02 e 8.666/93 e da legislação correlata.

**19.22.** São partes integrantes deste Edital:

**ANEXO I** – Termo de Referência;

**ANEXO II** – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Porto Velho, 28 de fevereiro de 2020.

**ANDERCLEDSON REIS**  
Pregoeiro



**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 1/2020 - PRES/DG/SAOFC/COMAP**

**1 – INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002, ao art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, bem como o disposto no Decreto nº 7.892/2013, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 8.250/2014, e Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO, elaboramos o presente Termo de Referência com vistas à formação de Sistema de Registro de Preços, para eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de água mineral sem gás em garrafas plásticas de 500 ml, para atender às demandas decorrentes das Eleições 2020, por meio de Pregão Eletrônico com Registro de Preços do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

**2 – DO OBJETO**

Aquisição de água mineral, sem gás, em garrafas plásticas de 500 ml, para atender às necessidades das unidades da Justiça Eleitoral na Capital e no interior do Estado, durante as Eleições 2020, devendo a contratada realizar a entrega no endereço de funcionamento dos Fóruns Eleitorais do interior, conforme respectivo item abaixo:

Item do edital	MUNICÍPIO – SEDE DE ZONA local de entrega	Endereço para entrega da água pela contratada	Quantidade a ser licitada
1	GUAJARÁ-MIRIM - 1ª ZE	Avenida Candido Rondon, n. 784 - CEP 76.850-000, Bairro: Tamandaré, Guajará Mirim - RO.	3710
2	PORTO VELHO - 2ª, 6ª, 20ª E 21ª ZE	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Seção de Almoxarifado, Porto Velho RO.	46.720
3	JI-PARANÁ - 3ª E 30ª ZE	Avenida Marechal Rondon, n. 1218 - CEP 76.900-101, Bairro: Centro, Ji Paraná - RO.	8090
4	VILHENA - 4ª ZE	Rua 545, n. 495 - CEP 76.980-728, Bairro: Jardim América, Vilhena - RO.	4480
5	COSTA MARQUES - 5ª ZE	Avenida Chianca, n. 1159 – CEP 76.937-000, Bairro: Centro, Costa Marques - RO.	1580
6	ARIQUEMES - 7ª, 25ª e 26ª ZE	Travessa Aquariquara, n. 3631, Setor Institucional – CEP 76.872-856, Bairro: Setor Institucional, Ariquemes - RO.	7710
7	COLORADO DO OESTE - 8ª ZE	Avenida Marechal Rondon, n. 4637 - CEP 76.993-000, Bairro: Centro, Colorado do Oeste - RO.	2880
8	PIMENTA BUENO - 9ª ZE	Avenida Castelo Branco n. 970 - CEP 76.970-000, Bairro: dos Pioneiros, Pimenta Bueno -RO.	2670
9	JARU - 10ª e 27ª ZE	Rua Princesa Isabel, n. 1028 - CEP 76.890-000, Bairro: Setor 02, Jaru - RO	4300
10	CACOAL - 11ª ZE	Rua Anísio Serrão, n. 2004 - CEP 76.963-804, Bairro: Centro, Cacoal - RO.	5210



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

Item do edital	MUNICÍPIO – SEDE DE ZONA local de entrega	Endereço para entrega da água pela contratada	Quantidade a ser licitada
11	ESPIGÃO DO OESTE - 12ª ZE	Avenida Sete de Setembro, n. 3071 - CEP 76.974-000, Bairro: Centro, Espigão do Oeste - RO.	1920
12	OURO PRETO DO OESTE - 13ª E 28ª ZE	Rua Café Filho n. 083 - CEP 76.920-000, Bairro: da União, Ouro Preto do Oeste -RO.	4050
13	ROLIM DE MOURA - 15ª e 29ª ZE	Avenida São Luiz, n. 4557 - CEP 76.940-0000, Bairro: centro, Rolim de Moura - RO.	4670
14	CEREJEIRAS - 16ª ZE	Avenida das Nações, 1847 - CEP 76.997-000, Bairro: Centro, Cerejeiras - RO.	1840
15	ALTA FLORESTA D'OESTE - 17ª ZE	Avenida Brasil, n. 3068 - CEP 76.954-000, Bairro: Princesa Izabel, Alta Floresta do Oeste - RO.	1600
16	ALVORADA DO OESTE - 18ª ZE	Rua Monteiro Lobato, n. 4283 - CEP 76.930-000, Bairro: Centro, Alvorada do Oeste - RO.	2110
17	SANTA LUZIA D'OESTE - 19ª ZE	Rua Dom Pedro I, n. 2349 - CEP 76.950-000, Bairro: Centro, Santa Luzia do Oeste - RO.	2040
18	MACHADINHO D'OESTE - 32ª ZE	Avenida Rio de Janeiro, n. 3134 - CEP 76.868-000, Bairro: Centro, Machadinho do Oeste - RO.	2270
19	BURITIS - 34ª ZE	Avenida Porto Velho, n. 1454 - CEP 76.880-000, Bairro: Setor 02, Buritis - RO.	2050
20	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - 35ª ZE	Avenida Cacoal, n. 965 - CEP 76.932-000, Bairro: Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO.	1770
21	PORTO VELHO ALMOXARIFADO, ACESIBILIDADE COSE,	-Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Seção de Almojarifado. Porto Velho - RO.	23.800
			135.470

## 2.1 - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

I - Água mineral natural sem gás;

II - Acondicionadas em garrafas plásticas de 500 ml, lacradas, embaladas em fardos de 6 ou 12 unidades;

III – Em razão da variedade de marcas e opções de água mineral inseridas no mercado, poderão ser aceitas garrafinhas cujo rótulo apresente peso líquido compreendido entre 495 e 510ml;

IV - Deverá ser em garrafa fabricada com plástico resistente, com tampa lacrada, com rótulo intacto, sem vazamentos, manchas, odores, furos, fissuras ou amasso;

V - Prazo de validade remanescente mínimo de 90 dias, a contar da data da entrega;

VI - Garrafa contendo no rótulo o carimbo de aprovação do Ministério da Saúde e do DNPM, marca, nome da fonte, Portaria de Lavra do DNPM, selo do INMETRO, procedência e prazo de validade;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

VII - As datas de envase e validade deverão vir gravadas no rótulo do produto ou na vedação das embalagens, conforme Portaria nº 470 de 24/11/99 do DNPM;

VIII - Deverá estar explícita na embalagem, a quantidade de nitrato que a água contém, uma vez que não será aceita proposta cujos valores de nitrato excedam a 10 mg/l;

IX - A água mineral fornecida deverá estar dentro dos padrões de exigência para consumo, estabelecidos pelos Departamentos de Vigilância Sanitária Municipal, Estadual e Federal.

X - Os preços apresentados pelos fornecedores deverão cobrir todos os custos, abrangendo, se for o caso, a mão de obra, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes e frete, tudo quanto for preciso para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos materiais solicitados. Em caso de dúvidas, recomenda-se consultar a Contratante.

XI - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, a adjudicatária se comprometerá a entregar o objeto no local e datas acima informados.

XII - A empresa licitante deverá informar, necessariamente, a **MARCA** do produto ofertado, assim poderá ser verificado se o produto ofertado atende as exigências constantes neste Termo de Referência.

## 2.2. DOS LOCAIS DE ENTREGA

A contratada deverá realizar a entrega da água mineral, nos quantitativos empenhados, e nas condições informadas no item 2.1, diretamente no Fórum Eleitoral, cujos endereços estão relacionados abaixo:

Item do edital	MUNICÍPIO – SEDE DE ZONA - local de entrega	Endereço para entrega da água pela contratada
1	GUAJARÁ-MIRIM - 1ª ZE	Avenida Candido Rondon, n. 784 - CEP 76.850-000, Bairro: Tamandaré, Guajará Mirim - RO.
2	PORTO VELHO - 2ª, 6ª, 20ª E 21ª ZE	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Seção de Almojarifado, Porto Velho RO.
3	JÍ-PARANÁ - 3ª E 30ª ZE	Avenida Marechal Rondon, n. 1218 - CEP 76.900-101, Bairro: Centro, Jí Paraná - RO.
4	VILHENA - 4ª ZE	Rua 545, n. 495 - CEP 76.980-728, Bairro: Jardim América, Vilhena - RO.
5	COSTA MARQUES - 5ª ZE	Avenida Chianca, n. 1159 - CEP 76.937-000, Bairro: Centro, Costa Marques - RO.
6	ARIQUEMES - 7ª, 25ª e 26ª ZE	Travessa Aquariquara, n. 3631, Setor Institucional - CEP 76.872-856, Bairro: Setor Institucional, Ariquemes - RO.
7	COLORADO DO OESTE - 8ª ZE	Avenida Marechal Rondon, n. 4637 - CEP 76.993-000, Bairro: Centro, Colorado do Oeste - RO.
8	PIMENTA BUENO - 9ª ZE	Avenida Castelo Branco n. 970 - CEP 76.970-000, Bairro: dos Pioneiros, Pimenta Bueno -RO.
9	JARU - 10ª e 27ª ZE	Rua Princesa Isabel, n. 1028 - CEP 76.890-000, Bairro: Setor 02, Jaru - RO
10	CACOAL - 11ª ZE	Rua Anísio Serrão, n. 2004 - CEP 76.963-804, Bairro: Centro, Cacoal - RO.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

Item do edital	MUNICÍPIO – SEDE DE ZONA - local de entrega	Endereço para entrega da água pela contratada
11	ESPIGÃO DO OESTE - 12ª ZE	Avenida Sete de Setembro, n. 3071 - CEP 76.974-000, Bairro: Centro, Espigão do Oeste - RO.
12	OURO PRETO DO OESTE - 13ª E 28ª ZE	Rua Café Filho n. 083 - CEP 76.920-000, Bairro: da União, Ouro Preto do Oeste -RO.
13	ROLIM DE MOURA - 15ª e 29ª ZE	Avenida São Luiz, n. 4557 - CEP 76.940-0000, Bairro: centro, Rolim de Moura - RO.
14	CEREJEIRAS - 16ª ZE	Avenida das Nações, 1847 - CEP 76.997-000, Bairro: Centro, Cerejeiras - RO.
15	ALTA FLORESTA D'OESTE - 17ª ZE	Avenida Brasil, n. 3068 - CEP 76.954-000, Bairro: Princesa Izabel, Alta Floresta do Oeste - RO.
16	ALVORADA DO OESTE - 18ª ZE	Rua Monteiro Lobato, n. 4283 - CEP 76.930-000, Bairro: Centro, Alvorada do Oeste - RO.
17	SANTA LUZIA D'OESTE - 19ª ZE	Rua Dom Pedro I, n. 2349 - CEP 76.950-000, Bairro: Centro, Santa Luzia do Oeste - RO.
18	MACHADINHO D'OESTE - 32ª ZE	Avenida Rio de Janeiro, n. 3134 - CEP 76.868-000, Bairro: Centro, Machadinho do Oeste - RO.
19	BURITIS - 34ª ZE	Avenida Porto Velho, n. 1454 - CEP 76.880-000, Bairro: Setor 02, Buritis - RO.
20	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - 35ª ZE	Avenida Cacoal, n. 965 - CEP 76.932-000, Bairro: Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO.
21	PORTO VELHO - ALMOXARIFADO, COSE, ACESIBILIDADE	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Seção de Almojarifado. Porto Velho - RO.

Os preços apresentados pelos fornecedores deverão cobrir todos os custos, abrangendo, se for o caso, a mão de obra, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes e frete, tudo quanto for preciso para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos materiais solicitados. Em caso de dúvidas, recomenda-se consultar a Contratante.

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, a adjudicatária se comprometerá a entregar o objeto no local e datas acima informados.

A empresa licitante deverá informar, necessariamente, a **MARCA** do produto ofertado, assim poderá ser verificado se o produto ofertado atende as exigências constantes neste Termo de Referência.

### 3. JUSTIFICATIVA

#### 3.1. Dos quantitativos de Mesários:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

As seções eleitorais são compostas de 4 mesários, para os quais serão distribuídas 4 garrafinhas de água mineral de 500 ml, cada, por componente de mesa, garantindo-lhes o consumo de 2 litros de água durante o período em que estiverem atendendo o eleitor, das 8 às 17h, do domingo de eleição.

De acordo com informações divulgadas no site da Justiça Eleitoral no link: <http://intranet.tre-ro.gov.br/zonas>, o número atualizado de seções eleitorais até o dia 10/12/2019, está lançado na planilha abaixo, na qual verificamos a quantidade de seções por Zona Eleitoral, do quantitativo podemos ter uma noção aproximada do número de mesários que serão convocados pela Justiça Eleitoral para atuar nas Eleições 2020:

ZONA	MUNICÍPIO	Nº LOCAIS DE VOTAÇÃO	Nº DE SEÇÕES
1ª	GUAJARÁ-MIRIM	20	128
	NOVA MAMORÉ	13	66
2ª	ITAPUÃ DO OESTE	6	24
	PORTO VELHO	38	373
3ª	JI-PARANÁ	21	116
	PRESIDENTE MÉDICI	16	79
4ª	VILHENA	31	239
5ª	COSTA MARQUES	7	37
	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	9	45
6ª	PORTO VELHO	38	314
7ª	ARIQUEMES	28	263
8ª	CABIXI	5	24
	CHUPINGUAIA	8	29
	COLORADO DO OESTE	12	98
9ª	PIMENTA BUENO	24	121
	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	3	13
10ª	JARU	17	165
11ª	CACOAL	44	245
	MINISTRO ANDREAZZA	6	26
12ª	ESPIGÃO DO OESTE	26	96
13ª	OURO PRETO DO OESTE	14	117
	TEIXEIRÓPOLIS	2	16
15ª	CASTANHEIRAS	2	12
	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE	7	50
	NOVO HORIZONTE DO OESTE	2	30
16ª	CEREJEIRAS	6	61
	CORUMBIARA	6	29
	PIMENTEIRAS DO OESTE	1	8



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ZONA	MUNICÍPIO	Nº LOCAIS DE VOTAÇÃO	Nº DE SEÇÕES
17ª	ALTA FLORESTA D'OESTE	21	80
18ª	ALVORADA DO OESTE	10	77
	URUPÁ	5	35
19ª	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	4	31
	PARECIS	6	16
	SANTA LUZIA D'OESTE	6	33
	SÃO FELIPE D'OESTE	6	24
20ª	PORTO VELHO	44	336
21ª	CANDEIAS DO JAMARI	10	62
	PORTO VELHO	18	188
25ª	ALTO PARAÍSO	9	45
	MONTE NEGRO	6	39
26ª	CACAULÂNDIA	4	18
	CUJUBIM	5	36
	RIO CRESPO	1	10
27ª	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	6	32
	THEOBROMA	6	32
28ª	MIRANTE DA SERRA	4	35
	NOVA UNIÃO	4	22
	VALE DO PARAÍSO	5	25
29ª	ROLIM DE MOURA	16	159
30ª	JI-PARANÁ	28	232
32ª	MACHADINHO D'OESTE	19	96
	VALE DO ANARI	4	21
34ª	BURITIS	13	79
	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	5	28
35ª	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	5	57
	SERINGUEIRAS	7	37
		689	4709

Fonte <http://intranet.tre-ro.gov.br>, acesso em 10/12/2019.



### **3.2. Dos quantitativos de Colaboradores**

Durante o pleito as Zonas Eleitorais convocam para trabalhar nos locais de votação os monitores que prestam auxílio direto aos eleitores, em ambiente externo à seção eleitoral, auxiliam os mesários, se necessário, mantendo a comunicação direta com os chefes de cartórios. Dependendo do local de votação, a realidade de determinadas instalações é de carência, pois nem todas possuem estrutura própria suficiente para receber uma grande quantidade de pessoas no dia da eleição, todavia cumprem seu dever perante o Estado, disponibilizando as escolas ou outros prédios públicos para comportar as seções eleitorais. Nem todos esses ambientes possuem bebedouros com água mineral para o consumo dos colaboradores a serviço da Justiça Eleitoral. Há locais em que os próprios colaboradores levam sua água de casa. Não é intenção da JE impor ônus aos seus colaboradores, muitos dos quais são voluntários. Assim, na medida do possível, fornecemos-lhes 4 garrafinhas de água mineral contendo 500ml, cada.

De acordo com informações divulgadas no site da Justiça Eleitoral no link: <http://intranet.tre-ro.gov.br/zonas>, o número atualizado de seções eleitorais até o dia 10/12/2019 está lançado na planilha abaixo, na qual verificamos a quantidade de locais de votação, por Zona Eleitoral, do quantitativo podemos ter uma noção aproximada da quantidade de monitores que serão convocados pela Justiça Eleitoral para atuar nas eleições 2020.

### **3.3. Da memória de cálculo das quantidades**

#### **a) Dos mesários**

O cálculo dos quantitativos de cada Zona Eleitoral foi feito da seguinte forma, a quantidade total de Seções Eleitorais foi multiplicado por 4 (quatro) mesários, sendo ainda multiplicado por 4 garrafas de água de 500 ml para cada um destes mesário.

Ex: 1ª ZE= seções (194) x Mesários (4) x Garrafas de água (4) = 3.104 **unidades**

#### **b) Dos colaboradores**

Foi estimado o quantitativo dos colaboradores da Justiça Eleitoral, consistente na quantidade de locais de votação multiplicado por 2 (dois) colaboradores que permanecerem no local, multiplicado por quatro garrafas de água mineral para cada um deles para consumo durante todo o dia de domingo de eleição, obtendo-se a quantidade a ser adquirida.

Ex: 1ª ZE - Locais de votação (33) x Colaboradores (2) x Garrafas de água (4) = **264 unidades**

#### **c) ACRÉSCIMO DE 10% DE MARGEM DE SEGURANÇA EM RAZÃO DO QUANTITATIVO DE SEÇÕES QUE SERÃO INSTALADAS EM 2020.**

## **4. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em



consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta no Planejamento Anual das Contratações para 2020 - Eleições, e vem ao encontro DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

Adotar-se-á como Valores:

**Ética:** Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

**Transparência:** Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

**Acessibilidade:** Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

**Celeridade:** Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

**Responsabilidade social e ambiental:** Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

**Inovação:** Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

**Eficácia:** Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

**Comprometimento:** Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

**Qualidade de vida do servidor:** Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores. atividades.

### **APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS**

Refere-se às políticas, aos métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRE-RO. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

### **APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.



## 5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

De acordo com o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n.º 425/2017, de 07.07.2017.

Adota-se como medida de sustentabilidade a atuação do Núcleo Socioambiental para fomentar as ações que estimulem a conscientização e destinação ambientalmente correta dos resíduos a partir do PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – 2019/2025 (0487239).

## 6 - DO REGISTRO DE PREÇOS VIGENTE

Não há, neste Tribunal, registro de preços vigentes para aquisição deste produto.

Importante alertar que por se tratar de registro de preços, o quantitativo licitado não obriga a Administração a adquirir o quantitativo total. A aquisição dar-se-á de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária. Inicialmente pretende-se adquirir o mínimo necessário para atender o 1º turno das Eleições. A segunda parcela de aquisição dependerá da ocorrência ou não de 2º turno. Os Chefes de Cartório serão consultados antes da emissão de Nota de Empenho da quantidade exata de seções e locais de votação visando fornecer as garrafinhas de água mineral aos seus mesários e monitores, respeitando-se o limite acima de 4 garrafinhas por pessoa. De acordo com experiências de contratações deste objeto, ocorreu de alguns cartórios não manifestarem interesse no recebimento das garrafinhas de água, por considerarem que os locais de votação de sua circunscrição são bem estruturados e abastecidos com água mineral para o consumo. Diante dessa provável manifestação, não haverá aquisição para esses locais.

### 6.1 – DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

É conveniente para a Administração que o material ora solicitado seja adquirido de forma parcelada pelas seguintes razões:

1. A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto 7892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa esperar que esteja liberado o orçamento da União para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em maior eficiência e celeridade nas atividades administrativas.
2. A quantidade é meramente estimativa. Isso porque ainda será necessário definir o número exato de seções com as agregações e também não é possível definir com exatidão o número de mesários e colaboradores, visto que uma parte das pessoas convocadas solicitam dispensa por motivos diversos, alguns amparados pela legislação vigente. Além disso, não é possível prever se haverá segundo turno. A impossibilidade de se prever com exatidão o quantitativo, torna necessária a adoção do SRP.

Dadas às circunstâncias, entendemos pertinente a adoção do sistema de registro de preços, fundada no art. 3º e incisos, do Decreto 7.892/2013.

### 6.2. DO REGISTRO DE “IRP”

Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto 7.892/2013, a COMAP manifesta-se favoravelmente ao registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) por entender ser iniciativa salutar, que pode contribuir para o ganho em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG.



No caso de outros órgãos manifestarem interesse em aderir à intenção de registro de preços, eles deverão encaminhar as seguintes informações mínimas:

- I – quantitativo total;
- II – quantitativo mínimo por aquisição (de cada item);
- III – cronograma de aquisição;
- IV – endereço completo do local de entrega;
- V – disponibilidade orçamentária;
- VI – responsável pelo recebimento (nome, telefone e função).

Com relação ao item II acima e considerando a busca pela economia de escala, será indeferida, de plano, a solicitação de adesão à IRP cujo quantitativo mínimo seja inferior ao quantitativo mínimo estipulado por este TRE/RO no cronograma previsto item 7.2 deste TR.

### **6.3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME**

I - Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

**II - JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário:** Justifica-se a possibilidade de adesão: **a)** em razão da natureza dos serviços, os quais poderão atender outros órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP; **b)** além disso, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes também tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

III - De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

IV - De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.862/2013.

V - No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018** - e, por fim, na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

VI - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

### **7 – DO VALOR ESTIMADO**



Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

Ressalte-se, mais uma vez, que o valor é meramente estimativo e que a efetiva contratação depende de vários fatores, dentre os quais a real necessidade no momento do pleito e a disponibilidade de recursos orçamentários, observado o cronograma de execução, **item 7.2** deste instrumento.

O TRE-RO não se obriga a contratar o quantitativo estimado.

## 7.1. DA ADERÊNCIA AO ORÇAMENTO

A execução orçamentária ocorrerá da seguinte forma:

ORÇAMENTO	PLANO INTERNO	CLASSIFICAÇÃO
Pleito 2020	MES ALIMEN1	Alimentação Mesários e Escrutinadores
Pleito 2020	MES ALIMEN2	Alimentação Mesários e Escrutinadores

Acerca da indicação de parte da fonte está pendente de definição pelo orçamento de 2020, entendemos não haver qualquer irregularidade, posto que o desencadeamento do registro de preços independe da existência de recursos financeiros, sendo necessária a indicação da fonte somente no ato da contratação.

## 7.2. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA E SUPRIMENTOS

Por se tratar de fornecimento de bens de consumo, que deverão ser executados conforme necessidades deste órgão e que o levantamento foi efetuado com base em estimativa de consumo, a contratação deve ser feita através de Sistema de Registro de Preços.

De modo que as quantidades de cada item são estimadas e não obriga a Administração a sua contratação total durante a validade a Ata de Registro de Preços, podendo realizar a contratação nos quantitativos necessários, observado o quantitativo mínimo por item. Podendo, ainda, em razão da restrição orçamentária, não haver contratação para determinados municípios.

Nessas circunstâncias, buscar-se-á efetivar as contratações da seguinte forma:

Item do edital	MUNICÍPIO - SEDE DE ZONA local entrega	Endereço para entrega dada água pela contratada	Quantidade a ser licitada	Pedido estimado para aquisição JULHO/2020 1º TURNO	Pedido estimado para aquisição OUTUBRO/2020 2º TURNO	Pedido mínimo estimado por aquisição
1	GUAJARÁ-MIRIM - 1ª ZE	Avenida Candido Rondon, n. 784 - CEP 76.850-000,	3710	3710	0	1000



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Item do edital	MUNICÍPIO – SEDE DE ZONA local de entrega	Endereço para entrega de água pela contratada	Quantidade a ser licitada	Pedido estimado para aquisição JULHO/2020 1º TURNO	Pedido estimado para aquisição OUTUBRO/2020 2º TURNO	Pedido mínimo estimado por aquisição
		Bairro: Tamandaré, Guajará Mirim - RO.				
2	PORTO VELHO - 2ª, 6ª, 20ª E 21ª ZE	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Seção de Almoarifado, Porto Velho RO.	46720	23.360	23.360	1000
3	JÍ-PARANÁ - 3ª E 30ª ZE	Avenida Marechal Rondon, n. 1218 - CEP 76.900-101, Bairro: Centro, Ji Paraná - RO.	8090	8090	0	1000
4	VILHENA - 4ª ZE	Rua 545, n. 495 - CEP 76.980-728, Bairro: Jardim América, Vilhena - RO.	4480	4480	0	1000
5	COSTA MARQUES - 5ª ZE	Avenida Chianca, n. 1159 - CEP 76.937-000, Bairro: Centro, Costa Marques - RO.	1580	1580	0	1000
6	ARIQUEMES - 7ª, 25ª e 26ª ZE	Travessa Aquariquara, n. 3631, Setor Institucional - CEP 76.872-856, Bairro: Setor Institucional, Ariquemes - RO.	7710	7710	0	1000
7	COLORADO DO OESTE - 8ª ZE	Avenida Marechal Rondon, n. 4637 - CEP 76.993-000, Bairro: Centro, Colorado do Oeste - RO.	2880	2880	0	1000
8	PIMENTA BUENO - 9ª ZE	Avenida Castelo Branco n. 970 - CEP 76.970-000, Bairro: dos Pioneiros, Pimenta Bueno -RO.	2670	2670	0	1000
9	JARU - 10ª e 27ª ZE	Rua Princesa Isabel, n. 1028 - CEP 76.890-000, Bairro: Setor 02, Jaru - RO	4300	4300	0	1000
10	CACOAL - 11ª ZE	Rua Anísio Serrão, n. 2004 - CEP 76.963-804, Bairro: Centro, Cacoal - RO.	5210	5210	0	1000
11	ESPIGÃO DO OESTE - 12ª ZE	Avenida Sete de Setembro, n. 3071 - CEP 76.974-000, Bairro: Centro, Espigão do Oeste	1920	1920	0	1000



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Item do edital	MUNICÍPIO – SEDE DE ZONA local de entrega	Endereço para entrega da água pela contratada	Quantidade a ser licitada	Pedido estimado para aquisição JULHO/2020 1º TURNO	Pedido estimado para aquisição OUTUBRO/2020 2º TURNO	Pedido mínimo estimado por aquisição
		- RO.				
12	OURO PRETO DO OESTE - 13ª E 28ª ZE	Rua Café Filho n. 083 - CEP 76.920-000, Bairro: da União, Ouro Preto do Oeste -RO.	4050	4050	0	1000
13	ROLIM DE MOURA - 15ª e 29ª ZE	Avenida São Luiz, n. 4557 - CEP 76.940-0000, Bairro: centro, Rolim de Moura - RO.	4670	4670	0	1000
14	CEREJEIRAS - 16ª ZE	Avenida das Nações, 1847 - CEP 76.997-000, Bairro: Centro, Cerejeiras - RO.	1840	1840	0	1000
15	ALTA FLORESTA D'OESTE - 17ª ZE	Avenida Brasil, n. 3068 - CEP 76.954-000, Bairro: Princesa Izabel, Alta Floresta do Oeste - RO.	1600	1600	0	1000
16	ALVORADA DO OESTE - 18ª ZE	Rua Monteiro Lobato, n. 4283 - CEP 76.930-000, Bairro: Centro, Alvorada do Oeste - RO.	2110	2110	0	1000
17	SANTA LUZIA D'OESTE - 19ª ZE	Rua Dom Pedro I, n. 2349 - CEP 76.950-000, Bairro: Centro, Santa Luzia do Oeste - RO.	2040	2040	0	1000
18	MACHADINHO D'OESTE - 32ª ZE	Avenida Rio de Janeiro, n. 3134 - CEP 76.868-000, Bairro: Centro, Machadinho do Oeste - RO.	2270	2270	0	1000
19	BURITIS - 34ª ZE	Avenida Porto Velho, n. 1454 - CEP 76.880-000, Bairro: Setor 02, Buritis - RO.	2050	2050	0	1000
20	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - 35ª ZE	Avenida Cacoal, n. 965 - CEP 76.932-000, Bairro: Cristo Rei, São Miguel do Guaporé - RO.	1770	1770	0	1000
21	PORTO VELHO - ALMOXARIFADO, COSE, ACESIBILIDADE	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Seção de Almoarifado. Porto Velho - RO.	23800	11.900	11.900	1000



Os preços apresentados pelos fornecedores deverão cobrir todos os custos, abrangendo a mão de obra, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes e frete, tudo quanto for preciso para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos materiais solicitados. Em caso de dúvidas, recomenda-se consultar a Contratante.

## **8 - DO CERTAME LICITATÓRIO**

### **ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO**

Tratam-se bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos equipamentos. Dessa forma, opinamos que seja adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, para formação registro de preços, do tipo menor preço por item, na forma de fornecimento parcelado, consoante as condições definidas neste TR.

#### **8.1. DA APLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME.**

Considerando que o valor total dos itens estimados para a contratação pretendida não excedem R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o certame deve garantir a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

Por sua vez, essa medida não trará restrição à competição, haja vista que a pesquisa de preços revelou que contratações similares foram realizadas com empresas dessa categoria econômica.

#### **8.2. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:**

Os preços apresentados pelos fornecedores deverão cobrir todos os custos, abrangendo, se for o caso, a mão de obra, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes e frete, tudo quanto for preciso para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos materiais solicitados.

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, a adjudicatária se comprometerá a entregar o objeto no local e datas informadas no cronograma de previsão de contratação.

A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros, **no que couber**:

O valor estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto.

As propostas inseridas no sistema eletrônico de compras deverão informar, necessariamente, a respectiva **MARCA** dos objetos ofertados.

O Pregoeiro poderá solicitar do licitante informações mais detalhadas acerca do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto do item (rótulo), assinalando prazo de até 2 (duas) horas para a apresentação, sob pena de recusa da proposta.



**8.3. DA SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS:** Independentemente da alínea anterior, ocorrendo justificada dúvida acerca da proposta da empresa licitante, o Pregoeiro se reservará ao direito de solicitar ou não o envio de amostra para análise, a qual deverá ser apresentada no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação da proposta.

O envio e a devolução da amostra de material previsto no item anterior devem correr a expensas da empresa licitante. A Administração reserva-se o direito de reter a amostra até o fornecimento do item adjudicado, a fim de verificar a compatibilidade da amostra com o item efetivamente entregue.

As embalagens dos equipamentos deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.).

## **8.4. DAS HABILITAÇÕES EM GERAL**

### **8.4.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá, de acordo com o art. 28 da lei 8.666/1993:

Em se tratando de sociedades comerciais, apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado;

Em se tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto deste termo de referência.

### **8.4.2. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**

A documentação relativa à habilitação fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá, de acordo com o art. 29, da lei 8.666/1993 e posicionamentos do TCU, em:

Prova de regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, conjuntamente, os seguintes;

regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS);

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNJ).

## **9 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

1. Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93, e, adicionalmente:

1. A adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;



2. Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

2. Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

3. Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no Art. 48, § 2º c/c Art. 49, ambos do Decreto n. 10.024/2019, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.

4. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).

5. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

6. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

## **10 – DO CONTRATO**

1. O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.
2. Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).
3. A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.
4. A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
5. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária.
6. O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser



chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

## **10.1. DAS OBRIGAÇÕES**

A Administração se obriga a:

I - Requisitar o fornecimento dos materiais somente mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de Despesa à compromissária da Ata de Registro de Preços. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo deste Tribunal e recursos orçamentários disponíveis;

II - Promover, através dos fiscais dos contratos, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, notando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências que quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

III - Cumprir e fazer cumprir todos os prazo e condições estabelecidos neste instrumento;

IV - Orientar a CONTRATADA acerca do fornecimento do objeto contratado e autorizar, quando necessário, o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho quando necessário, observando as normas de segurança existentes;

V - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado;

VI - Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento.

VII - Efetuar o recebimento provisório dos produtos entregues, no ato da entrega dos mesmos, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO. O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação.

VIII - Efetuar o recebimento definitivo dos produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos deste Termo de Referência e da proposta da contratada, no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO. Nos termos do art. 29, § 3º, II, "b", da IN 04/2011 deste TRE-RO, para valores acima da modalidade convite, o recebimento definitivo será feito por Comissão designada pelo Presidente do TRE-RO.

IX - Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado:

a) Produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;

b) Produtos em embalagem não original do fabricante;

c) Produtos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores ao solicitado neste Termo de Referência;

d) Produtos apresentarem com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

X - Efetuar o pagamento, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de o recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Almoxarifado deste TRE-RO, sendo efetuadas as retenções legais.



a) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho;

b) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada;

c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = \underline{0,00016438}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**8.2.** Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e edital, respectivamente, obriga-se a futura contratada a:

**a) Entregar os materiais no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho;**

a.1) O material solicitado deverá ser entregue nos endereços indicados neste Termo de Referência.

a.2) O horário normal de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h00, podendo haver agendamento, a critério do Chefe da Seção de Almoxarifado.

b) Substituir o material recusado, às suas expensas, no prazo máximo de 1 (um) dia consecutivo, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

c) Recolher, mediante agendamento, a suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.



- c.1) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Tribunal se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;
- c.2) Na hipótese de não existência de créditos em haver para com a contratada e ante o não recolhimento dos materiais recusados por parte da mesma e esta, mesmo após devidamente notificada, não emitir qualquer manifestação acerca da questão, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação.
- d) Solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação do mesmo, a qual deverá ser devidamente justificada e dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos.
- d.1) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO.
- e) Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.
- f) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.

## **9 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O descumprimento injustificado das obrigações de entrega e de substituição de produto recusado sujeita a Contratada à multa de 1% ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o valor da Nota de Empenho, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça:

- a) Primeiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor da Ata de Registro de Preços ou da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;
- b) Segundo atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor da Ata de Registro de Preços ou da Nota de Empenho da Despesa, e esta já houver sido emitida;
- c) Terceiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor da Ata de Registro de Preços ou da Nota de Empenho da Despesa, se esta já houver sido emitida;
- d) Quarto atraso injustificado de até 1 (um) dia caracterizará como inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidades pertinentes à inexecução;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

Se a contratada ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

As sanções aqui previstas podem ser cumuladas com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Se a adjudicatária ou contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela SELIC. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO.

## **10 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A Gestão do contrato será realizada pela COMAP, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

A Fiscalização do contrato será realizada pelos Chefes de Cartório e SEALM, na proporção de sua entrega, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

## **11 – ANEXOS**

São anexos ao presente instrumento:

I – Pesquisa de preço realizada no âmbito da Administração Pública/Mercado



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 03/01/2020, às 13:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0492950** e o código CRC **D4505FB8**.



ANEXO II DO EDITAL

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº \_\_\_\_/2020

PROCESSO Nº \_\_\_\_\_ - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO N. \_\_\_\_\_/2020

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de seu Presidente, Desembargador \_\_\_\_, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. \_\_\_\_/SSP-\_\_ e CPF nº. \_\_\_\_, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_, com sede Av. \_\_\_\_, nº. \_\_\_\_, bairro \_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_, Município de \_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_, Telefone(s): (\_\_) \_\_\_\_ e E-mail(s): \_\_\_\_, neste ato representada pelo \_\_\_\_, brasileiro, portador do RG nº. \_\_\_\_/SSP-\_\_, e CPF nº. \_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Qtd.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
	Item da ____ do Edital. Objeto: _____. Marca: _____.				
<b>Valor Total da ARP (R\$)</b>					

1.2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, \_\_\_\_ (\_\_) dias \_\_\_\_, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

1.5. A entrega deverá ser feita na \_\_\_\_, na Av. Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, mediante agendamento pelo telefone (69) \_\_\_\_.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - **ou por outros meios previstos na legislação de licitações** -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, a Gestão desta ARP ficará a cargo do titular da \_\_\_\_ - \_\_\_\_ e a fiscalização ficará a cargo do titular da \_\_\_\_ - \_\_\_\_, ou aos seus respectivos substitutos, em suas ausências.

1.9. No anexo I deste instrumento consta(m) a(s) empresa(s) componente(s) do cadastro reserva para item(ns) desta ARP (art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013).

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

Porto Velho-RO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_\_\_.

_____ Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	_____ Pela Adjudicatária Fornecedor
_____ CPF: _____ 1ª Testemunha	_____ CPF: _____ 2ª Testemunha

**ANEXO I À ARP N°. \_\_\_\_/2020/TRE-RO**  
**PROCESSO N°. \_\_\_\_\_ - SEI**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N°. \_\_\_\_/2020**  
**FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**

Em obediência ao disposto no art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013, segue, abaixo, relação dos licitantes remanescentes que aderiram ao cadastro de reserva para a ARP supramencionada, consistente no aceite em atender o(s) item(ns) a seguir indicados, com preços iguais aos do licitante vencedor, consoante registrados neste instrumento e na proposta da adjudicatária, e conforme se constata por meio da anuência incluída na Ata de Formação de Cadastro Reserva respectiva, a qual se encontra juntada no Processo Administrativo referido, a seguir detalhado:

<b>Item da ARP</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>FORNECEDOR QUE ADERIU AO CADASTRO RESERVA DESTE CERTAME</b>
	Item da ____ do Edital. Objeto: _____. Marca: _____.	